

ENTENDENDO A POPULAÇÃO BRASILEIRA

¹Christophe Sylas do Nascimento Laurentino.

²Elivane Rodrigues de Souza.

³Sebastião Perez Souza

⁴Wendell Teles de Lima

⁵Aluizio Lopes da Silva Junior

⁶Maria de Nazaré Teles de Lima

⁷Emanuele Martins Teles

⁸Ederson da Silva Silva

⁹Ana Maria Libório Oliveira

RESUMO

Este artigo finaliza para o estudo da população brasileira, seu comportamento e suas novas demandas, com a transição demográfica vivida no país, tendo a implicação direta nas mudanças das políticas públicas no país para a sua nova demanda com o novo perfil da população do país tendo a pesquisa bibliográfica trabalhada com o assunto, portanto, sendo necessário a compreensão do fenômeno no país.

Palavras-chave: população, transição demográfica, análise espacial.

RESUMEN

Este artículo concluye con el estudio de la población brasileña y su comportamiento y sus nuevas demandas, con la transición demográfica experimentada en el país, teniendo una implicación directa en los cambios de políticas públicas en el país para su nueva demanda con el nuevo perfil de la población del país teniendo la investigación bibliográfica trabajada con el tema, por lo tanto, siendo necesaria la comprensión del fenómeno en el país.

Palabras clave: población, transición demográfica, análisis espacial

ABSTRACT

This article concludes with the study of the Brazilian population and its behavior and its new demands, with the demographic transition experienced in the country, having a direct implication in the changes of public policies in the country for its new demand with the new profile of the population of the country having the bibliographical research worked with the subject, therefore, being necessary the understanding of the phenomenon in the country.

Keywords: population, demographic transition, spatial analysis.

¹Licenciando Em Geografia – UEA.

²Tecnólogo Em Gestão Pública, Licenciando Em Geografia – UEA.

³Licenciado em pedagogia, Professor da SEDUC-AM, Especialista em Libras, Técnico e Tradutor em Libras.

⁴Professor da UEA, Pós-Doutor em Geografia.

⁵Professor da SEDUC, Graduado em Geografia pela UFAM – Manaus.

⁶Professora da UFAM, Mestre.

⁷Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Profissional e Tecnológica, Mestranda no Mestrado Profissional do IFAM-Manaus.

⁸Graduado em Geografia Pelo CSTB – UEA, Professor da Seduc, Mestrando no Paraguai.

⁹Professora do IFB, doutora em Educação, Mestra em Estudos Amazônicos, Licenciada em Matemática. Membro dos núcleos de pesquisa GPEG-UEA e NEPECS - IFG.

INTRODUÇÃO

A constituição da população brasileira passa por um período de transição demográfica; ou seja, a população está em processo de envelhecimento. Implicando, diretamente, em mudanças e consequências nas cidades brasileiras, tendo em vista o novo quadro que se apresenta a população do país, sendo que essa transição ocorre em algumas regiões onde a população começa a envelhecer.

Proposta nas primeiras décadas do século XX, a teoria da transição demográfica foi formulada à luz da relação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico. Segundo essa teoria, o desenvolvimento econômico e o processo de modernização das sociedades estariam na origem das mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade verificadas em países europeus, com consequentes mudanças nos ritmos de crescimento populacional.

A passagem de uma sociedade rural e tradicional com altas taxas de natalidade e mortalidade para uma sociedade urbana e moderna com baixas taxas de natalidade e mortalidade constituiria o esquema da transição. Durante essa passagem, as sociedades vivenciariam fases de desequilíbrio demográfico, com um descompasso entre as taxas de mortalidade e de natalidade. A redução precoce das taxas de mortalidade vis-à-vis às de natalidade promoveria ritmos acelerados de crescimento populacional. O equilíbrio seria retomado com a redução, em momento posterior, das taxas de natalidade e, conseqüentemente, redução do ritmo de crescimento da população. (VASCONCELOS; GOMES, 2014, p. 540).

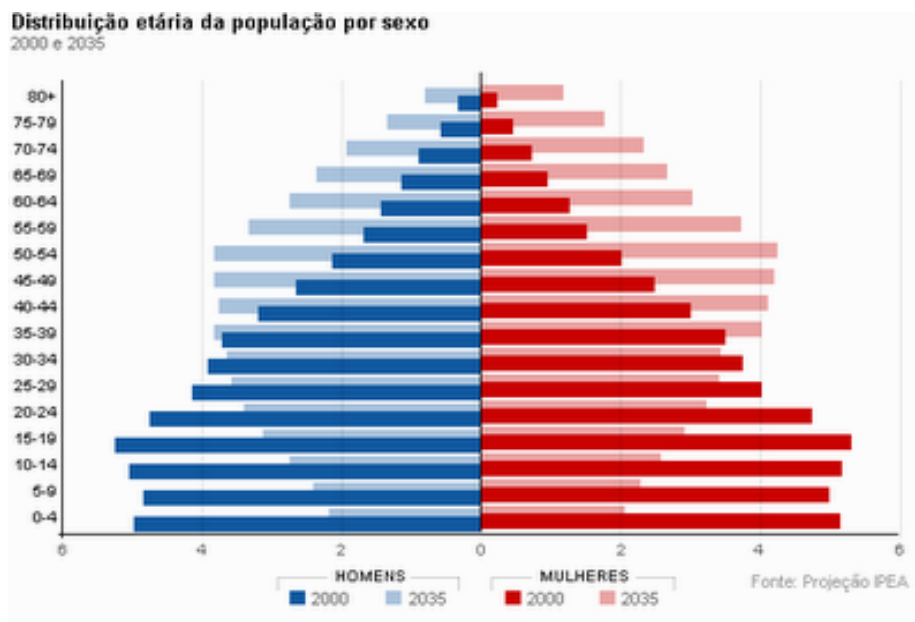
Assim, tendo em vista as novas demandas sociais, conforme a nova população que se constitui no país, faz-se necessário novo redirecionamento das políticas públicas. O Estado, para tanto, deve se adaptar onde a população caminha para ser adulta e velha, necessitando, portanto, de novos caminhos da ação do Estado no país.

As relações entre crescimento da população e desenvolvimento desafiam estudiosos por muito tempo. É vasta a bibliografia sobre o tema e não é tão longa a lista de evidências que possam comprovar as inter-relações entre os dois processos de transformação. Complexas por sua natureza, essas inter-relações podem ser encontradas nas conexões tanto entre crescimento populacional e crescimento da renda (crescimento econômico), quanto entre crescimento populacional e distribuição da renda (distribuição dos frutos do crescimento econômico). Para identificar tais relações torna-se necessário perguntar quais seriam, por um lado, as possíveis consequências do crescimento populacional sobre o crescimento e a distribuição da renda e, por outro, quais seriam os possíveis efeitos do crescimento e da distribuição da renda sobre o crescimento populacional. (PAIVA; WAJNMAN, 2005, p. 2).

Abaixo observamos a pirâmide de transição demográfica brasileira que começa a caracterizar a população brasileira que deixar de ter uma população mais nova e

passa a ter uma população mais velha e adulta, necessitando de mudança de postura dos órgãos governamentais para atender a realidade populacional do país.

FIGURA 01- PIRÂMIDE DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA DO BRASIL



Fonte: Camila Paula (2012).

Na Figura 1 vemos que a pirâmide etária do país ganha novos contornos, se assemelhando aos países desenvolvidos, isso implica na diminuição da população jovem aumentando a população adulta e mais velha, implicando nas políticas governamentais do país.

No Brasil, a recente redução da taxa de natalidade se deu nos segmentos da sociedade de maior renda. Segmento este que teria comparativamente mais condições de fazer frente aos gastos necessários com os filhos do que as parcelas mais pobres, que necessitam do auxílio do Estado. Isto sugere uma necessidade latente por políticas voltadas para as camadas mais pobres da sociedade. Apesar de haver distribuição de contraceptivos, há pouco acompanhamento do uso destes. O Estado provê o medicamento, mas não ensina como usá-lo da maneira apropriada. Isto, além de manter o alto número de gravidezes indesejadas nestas parcelas da população, pode prejudicar a saúde destas jovens, por exemplo, através do desenvolvimento de doenças como a trombose. (CASTIEL, 2016, p. 6).

Sendo necessário, uma reorientação das políticas públicas no país com a mudança do perfil da população que passa pelo modo de transição, isso implica diretamente em novo posicionamento de se repensar a população brasileira com suas novas nuances como a aposentadorias no país.

O segundo grupo se compõe de quatro países, onde o peso da população velha está muito próxima a 14%: Espanha e Portugal, e, um pouco acima, França e Grécia. Mesmo que todos eles mostrem uma porcentagem de idosos muito similar, chegaram a este resultado por caminhos diferentes. A França já era o país mais envelhecido de toda a União Europeia em

1950. Entretanto, nas últimas décadas, o avanço do processo de envelhecimento de sua população parece haver-se estabilizado. No outro extremo, Espanha, Grécia e Portugal experimentaram um processo de envelhecimento muito intenso e, nestes últimos 40 anos, posto que em 1950, ao contrário da França, eram os países mais jovens de toda a área, durante esse período, praticamente duplicaram as porcentagens de idosos sobre a população total.

O terceiro grupo é o dos países mais envelhecidos, onde estão a Grã-Bretanha, com 15,8% de pessoas acima de 65 anos, sobre a população total, e a Dinamarca, com 15,6%. Estes vêm acompanhados pela Itália e pela Bélgica, com 15,2%, e, por fim, a antiga República Federal Alemã, com 15% [...] (A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SEMINÁRIO INTERNACIONAL, s.d., p. 18).

O certo que novas mudanças no país, ocorre por novo perfil populacional ao país que remete a um novo pensar na estrutura organizacional em termos de política pública, um dos fatores é diretamente o tempo de aposentadoria com o tempo de serviço, daí a necessidade de repensar o estado de bem sociais no país.

A análise da emergência e principalmente do desenvolvimento dos regimes de bem-estar na América Latina (AL) trata em linhas gerais de três períodos distintos. O primeiro, da emergência e constituição dos regimes, relaciona-os à especificidade do capitalismo na região e seu correlato modelo de industrialização por substituição de importações, resultante em um padrão centrado em modelos corporativos, tendo como característica mais comum a estratificação de clientelas e benefícios e amplas camadas da população excluídas (FILGUEIRA, 2011). O segundo, período de reformas neoliberais, onde os sistemas sofreram mudanças significativas em diversos países durante as décadas de 1980 e 1990, tendendo ou à quebra dos regimes, mas com alternativas diversas como a ampliação da universalização, caso do Brasil, ou à mercantilização mais radical, caso da Colômbia.

No entanto, o terceiro período, mais recente, é identificado com a introdução de modelos econômicos chamados neodesenvolvimentistas, com foco na intervenção estatal e ampliação de políticas sociais. A tendência comum à AL foi a introdução do tema da pobreza na agenda pública dos governos, com a criação ou ampliação de programas de transferência de renda e ampliação da cobertura para sistemas de educação, saúde e previdência social. O resultado comum foi a redução significativa da desigualdade, se considerado o padrão histórico da região, além de um crescimento econômico não registrado em outras regiões (DRAIBE; RIESCO, 2011, apud LOBATO, 2016, p. 88).

Sendo assim, faz-se necessário, um repensar sobre uma nova postura acerca da compreensão da população brasileira que se apresenta no momento, pois, esta implica automaticamente num processo de envelhecimento populacional de nosso país.

Para Tiné,

A população mundial deve passar de 1 bilhão para 10 bilhões de pessoas, entre 1800 e 2100, reflexo do intenso processo de

transição demográfica verificado nos últimos séculos. A redução da taxa de mortalidade deu início à primeira fase do processo, intensificando o crescimento populacional com grande participação das crianças na população. Em seguida ocorreu a redução da taxa de fertilidade, que reduziu o ritmo do crescimento populacional e concentrou a população na idade ativa. O processo, ainda que em estágios diferentes entre os países, encontra-se em sua terceira fase, em que as taxas de mortalidade e fertilidade estabilizam-se ao nível baixo, e os idosos passam a ter maior representação na população e a viver cada vez mais.

No Brasil, a etapa de envelhecimento populacional encontra-se em seu início, a proporção da população com 60 anos ou mais passou de 8,2%, em 2000, para 11%, em 2013, valor bem inferior ao verificado nas regiões desenvolvidas no mesmo ano, 23%. Porém, segundo projeções do IBGE, o processo de envelhecimento deve ser intensificado, devendo atingir 24%, em 2040, e 34%, em 2060 (IBGE, 2013). (2017, p. 13).

Tendo em vista que as regiões mais pobres podem sofrer com a mudança previdenciária no país, ou seja, ela faz parte de um conjunto totalitário, tendo consequência sentida, sobretudo as populações mais pobres, ou seja, o rendimento da população mais pobre deverá sentir mais com a mudanças de regra previdenciárias no país.

O envelhecimento populacional é um processo que engloba não apenas o indivíduo, mas também o grupo e a sociedade. No Brasil, é considerada pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 anos. A Lei nº 10.741, de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso. A referida Lei é considerada um marco legal que incorporou à sua jurisprudência resoluções de organismos internacionais, como tratados e convenções, dos quais o Brasil é signatário, a despeito da proteção social na velhice.

A preocupação com o envelhecimento tem ganhado destaque ao redor do mundo por ser esse um processo pelo qual a maioria dos países já passou ou está passando. De modo geral, a expectativa de vida aumenta em decorrência de vários fatores conjugados: o desenvolvimento de pesquisas, que proporcionou o avanço da medicina e de meios tecnológicos; o nível de desenvolvimento social alcançado em diversos países, que criou sistemas de proteção social para o atendimento de necessidades básicas da população; as mudanças no mundo do trabalho, tendo a mulher como protagonista dessa transformação; dentre outras. (ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E SEGURIDADE SOCIAL, 2018, p. 5).

METODOLOGIA:

Com este artigo, busca-se demonstrar que a população mundial é variável no país, e para seu entendimento existem vários elementos que servem para sua compreensão, tendo em vista que essa população envelhece com o tempo, sendo

necessário um estudo da mesma, com seu envelhecimento exigindo novas políticas públicas para a atender as suas novas demandas, a pesquisa se desenvolveu com uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto segundo o site essa é fucamp, A **pesquisa bibliográfica** é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico, que necessita de dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho, com artigos científicos e trabalhos acadêmicos sobre o assunto.

PERFIL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA AMAZÔNIA E NO RESTANTE DO PAÍS.

A população amazônica pode ser considerada pela faixa de sua idade uma população jovem, composta por adultos, jovens e crianças, esse perfil que caracteriza a região do país, no entanto, inúmeras mazelas implicam nessa juventude na região, que caracteriza as demais regiões do país.

FIGURA 02- PIRÂMIDE ETÁRIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Fonte: proenem.com.br/enem/geografia/populacao-estrutura-demografica (2009).

Na Figura 2 notamos que a população amazônica é composta majoritariamente uma população mais jovem do que outras regiões do país.

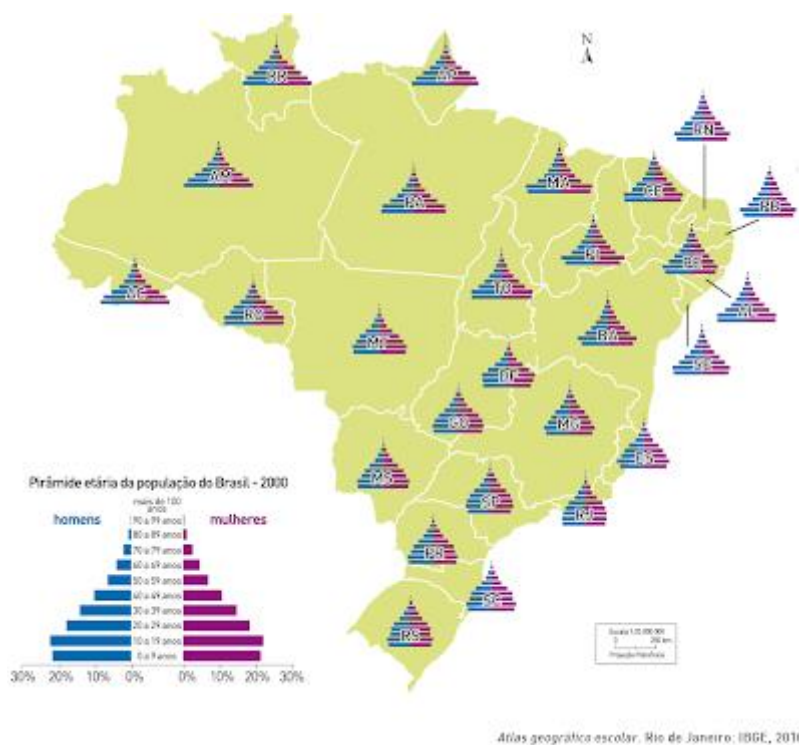
A Amazônia Legal desde 1970 lida com o crescimento da urbanização, mensurada pela alteração no tamanho das cidades já existentes e pelo surgimento de novas sedes municipais. As cidades da Amazônia são palcos de uma dinâmica urbana intensa devido à constante formação de novos núcleos populacionais. Tal fator caracteriza um processo de urbanização ainda em fase de estruturação, já que a região também permanece como fronteira.

Nesse contexto, novas políticas direcionadas, principalmente ao planejamento urbano, surgem ao longo dos anos com objetivo de promover o desenvolvimento regional. Por essas características, informações geradas por projeções populacionais apresentam-se como valiosas ferramentas para a orientação das atividades de planejamento e das políticas de gestão urbana dessa região e de seus novos municípios (AMARAL et al., 2001, p. XX).

Cabe mencionar que existe um grande foco de discussão em relação à Amazônia no cenário internacional e nacional no que se refere à exploração de capital natural e devastação do seu ecossistema. Dessa forma, a aquisição de novas informações,

principalmente, o levantamento de dados que colaboram para estudos prospectivos, sempre terá uma importância ímpar quando a área em análise se trata da Amazônia e de seus serviços ecológicos. (OLIVEIRA; GARCIA; COSTA, 2011, p. 11).

FIGURA 03 - COMPOSIÇÃO DAS POPULAÇÕES NO PAÍS



Fonte: Geo Conceição (2009).

Tendo em vista que a população brasileira apresenta diversidade de acordo com sua população. Isso implicará na chance de trabalhos variados conforme o perfil da população, como podemos notar a estrutura da população é modificada por regiões no país.

A literatura que trata da importância da família no processo de investimento em capital humano é extensa (BECKER, 1981; BECKER; MURPHY; TAMURA, 1990; CAIRE; BECKER, 1967). Ao mesmo tempo, é fato estilizado que as decisões que envolvem investimento em habilidades têm papel decisivo no processo de crescimento e desenvolvimento econômico das nações (LUCAS, 1988). Nesse contexto, a decisão de investimento em capital humano dos filhos é, na maioria, determinada por escolhas feitas pelos pais e condicionada a fatores associados à estrutura familiar, localização espacial das famílias e conjuntura socioeconômica (BIRCHENALL, 2001). É importante ressaltar que o conceito de capital humano refere-se a um conjunto de atributos pessoais, tais como educação, experiência, habilidades, boa saúde, etc., que repercutem no processo produtivo.

Constata-se, por exemplo, que a dinâmica educacional em áreas mais desenvolvidas economicamente é mais intensa do que em regiões periféricas (BIRCHENALL, 2001; FIGUEIREDO; NETTO JR.; PORTO JR., 2007; NETTO JR.; RAMALHO; ARAGON, 2013). Esta observação sugere a existência de dois efeitos no tocante às decisões de investimento

em capital humano: um efeito local, associado ao background familiar; e um efeito externo, relacionado aos fatores presentes no local onde a família reside e a conjuntura econômica (GALOR; TSIDDON, 1997; GALOR; ZEIRA, 1993). Portanto, a interação entre os determinantes familiares (efeito local) e fatores associados à infraestrutura física e dinâmica econômica (efeito externo) determina as decisões de acumulação de capital humano. (ARAÚJO; NETTO JUNIOR; SIQUEIRA, 2022, p. 2).

Com a nova cara da estrutura populacional do país, caminhado para seu envelhecimento, o quadro de saúde no Brasil deve mudar ao longo dessa constituição em termos de doenças abrangidas pelo sistema público de saúde.

A demografia é uma ciência importante para a saúde pública, entre outras razões por fornecer conceitos e medidas fundamentais sobre a saúde em sua dimensão populacional. Alguns indicadores demográficos são usualmente analisados para efeito de avaliação direta das condições de saúde: é o caso da mortalidade geral e infantil, bem como da esperança de vida ao nascer. Outros, tais como a fecundidade e a urbanização, são tidos como estreitamente vinculados a essas condições. A estrutura etária da população, por outro lado, é reconhecida como uma variável fundamentalmente ligada à demanda por serviços de saúde e determina necessidades organizacionais e tecnológicas do sistema de saúde na totalidade. Mudanças na estrutura etária necessariamente ocasionam mudanças na demanda por serviços de saúde. (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (RIPSA), 2009, p. 17).

Sendo assim, é necessário repensar todo o sistema de saúde público brasileiro com a transição demográfica da população, outras doenças aparecem como prioritárias, e sendo variável em cada região do país, fruto das desigualdades populacionais.

CONCLUSÃO

O diagnóstico da população brasileira é fundamental para o país se conhecer, é através desse estudo que a políticas territoriais para o Brasil pode ser lançada e planejadas como para regiões do país, ou seja, a população não pode ser vista como um numeral apenas, existe entre ela o seu fator qualitativo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adriano Firmino V. de; NETTO JUNIOR, José Luís da Silva; SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira de. Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações, **R. bras. Est. Pop.**, v.39, 1-27, e0192, 2022.
- AMARAL, Silvana; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia. **Relatório Técnico. INPE**. Dezembro, 2001. Disponível em:<www.inpe.br>. Acessado em 01 mai. 2022.
- BECKER, G. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard, 1981.
- BECKER, G. S.; MURPHY, K. M.; TAMURA, R. Human capital, fertility, and economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, part 2, p. S12-S37, 1990.
- BIRCHENALL, J. A. Income distribution, human capital and economic growth in Colombia. **Journal of Development Economics**, v. 66, n. 1, p. 271-287, 2001.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **A Transição Demográfica e a Reforma da Previdência Social**. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil, 1996. Disponível em:<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28182/S9600503_pt.pdf> Acessado em 15 nov. 2021.
- CAIRE, G.; BECKER, G. S. Human capital, a theoretical and empirical analysis with special reference to education. **Revue Économique**, v. 18, n. 1, p. 132, 1967.
- CAMILA PAULA. **Descomplica - Geografia Populacional - Transição Demográfica e Pirâmide Etária**. 2012. Disponível em:<<https://descomplica.com.br/artigo/geografia-populacional-and8211-transicao-demografica-e-piramide-etaria/xLn/>>. Acessado em 15 nov. 2021.
- CASTIEL, Carolina Zucchi. **Transição Demográfica no Brasil – Perspectivas e Desafios**. Um breve ensaio. Monografia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, junho de 2016.
- REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (RIPSA). **Demografia e Saúde, Contribuição para Análise de Situação e Tendências**, Brasília - DF, 2009, Disponível em:<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/demografia_saude_contribuicao_tendencias.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.
- ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E SEGURIDADE SOCIAL, Brasília: MF; SPREV, 2018.
- DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. **Um novo desenvolvimentismo em gestação? Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, maio/ago., p. 220-254, 2011.
- FIGUEIREDO, E.; NETTO JR., J. L. S.; PORTO JR., S. Distribuição, mobilidade e polarização de renda no Brasil: 1987 a 2003. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 1, p. 7-32, 2007.
- FILGUEIRA, F. Pasado, presente y futuro del Estado social latinoamericano: coyunturas críticas, decisiones críticas. In: BELLO, A. H.; SOTELO, C. R. (Ed.). **Protección social em salud em America Latina y el Caribe: investigación y políticas**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2011.
- GALOR, O.; TSIDDON, D. Technological progress, mobility, and economic growth. **American Economic Review**, v. 87, n. 4, p. 363-382, 1997.
- GALOR, O.; ZEIRA, J. Income distribution and macroeconomics. **Review of Economic Studies**, v. 60, n. 1, p. 35, 1993.

GEO CONCEIÇÃO, **PIRÂMIDES ETÁRIAS**. 2009. Disponível em: <http://geoconceicao.blogspot.com/2009/06/piramides-etarias.html>>. Acessado em 15 nov. 2022.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Saúde Debate** | Rio de Janeiro, v. 40, n. especial I, p. 87-97, dez. 2016.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988.

NETTO JR., J. L. S.; RAMALHO, H. M. D. B.; ARAGON, E. K. D. S. B. Transmissão intergeracional de educação e mobilidade de renda no Brasil. **Economia e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 6-34, 2013.

OLIVEIRA, Aline Silva de; GARCIA, Ricardo Alexandrino; COSTA, Alfredo. CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA AMAZÔNIA LEGAL E PROJEÇÃO POPULACIONAL MUNICIPAL, **Cadernos do Leste Artigos Científicos Belo Horizonte**, dez. vol.11, nº11, 2011.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil, **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.

TINÉ, Rafael Ferreira. **Impacto da Transição Demográfica sobre a Arrecadação Tributária no Brasil: uma análise do aspecto federativo**. Tese (Doutorado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira, **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 2014.

Site:

<https://www.proenem.com.br/enem/geografia/populacao-estrutura-demografica/>